



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2018.

Nº. 13/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apresentaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, a seguinte proposta de moção:

“MOÇÃO

A Câmara Municipal de Castro Verde, na sua reunião de 24 de Maio de 2018, manifesta o seu mais veemente protesto perante a escalada repressiva de Israel contra as manifestações pacíficas do povo palestino.

O exército israelita tem vindo a reprimir de forma violenta as manifestações do povo palestino em defesa dos seus direitos nacionais e em protesto contra as violações pelos EUA e por Israel das Resoluções das Nações Unidas relativas ao estatuto da cidade de Jerusalém.

A recente inauguração da Embaixada dos EUA em Jerusalém, apenas um dia antes da Nakba, além de mais uma cínica transgressão daquele país ao direito internacional, repudiada pela imensa maioria dos países e pela Assembleia Geral da ONU, constituiu uma clara provocação ao povo palestino.

Reafirmamos a nossa solidariedade para com o povo palestino na luta pelos seus direitos nacionais, pela libertação dos presos políticos palestinos das prisões israelitas, pela edificação do Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a 1967 e com capital em Jerusalém Leste e pelo respeito do direito de retorno dos refugiados palestinos, de acordo com as relevantes resoluções da ONU que reconhecem os direitos do povo palestino.”

Apreciado o assunto, foi a proposta de moção submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte que solicitou informação sobre o resultado da recolha de contributos e sugestões para o projeto de requalificação urbana de Castro Verde, que avaliação já foi feita e que diligências subsequentes decorreram.

O Sr. Presidente da Câmara informou que não houve uma participação muito significativa, tendo mesmo algumas sugestões sido apresentadas fora da área da prevista intervenção.

Adiantou no entanto que já foi contactado um gabinete projetista e espera que surjam um conjunto de novas ideias em função de recomendações recolhidas na sessão pública que a Câmara realizou e, também, um conjunto de propostas que o executivo entende fazerem sentido e serem pertinentes, tendo o Sr. Vereador Francisco Duarte congratulado como o processo decorre mas no entanto é de opinião que deve ser dada a devida publicidade às ideias que surjam.

Voltou o Sr. Vereador Francisco Duarte a questionar o ocorrido na deposição de RCD's, tendo o Sr. Presidente informado que o averiguou junto dos serviços, no entanto não conseguiu apurar com rigor o ocorrido, tendo, contudo, procurado que haja um maior rigor para impedir tal situação, a bem do ambiente.

Questionou igualmente o mesmo Vereador que tipo de acordo foi estabelecido com a empresa adjudicatária das obras de requalificação da EM 508 e do CM 1139, e se já foi feito o levantamento das áreas a expropriar e qual o seu custo.

O Sr. Presidente da Câmara confirmou a necessidade de expropriação de terrenos, lembrando que no início do mandato não havia informação com rigor quanto às áreas a expropriar. No entanto havia chegado a acordo com a empresa adjudicatária dos trabalhos, quanto ao adiamento do início da obra, tendo a mesma, para resolução mais rápida do problema, se disponibilizado para fazer esse mesmo levantamento rigoroso, seguindo-se posteriormente reuniões com os respetivos proprietários para negociações.

Alertou ainda o Sr. Vereador Francisco Duarte para a obrigatoriedade da existência de uma área de servidão nas referidas vias municipais.

Questionou o mesmo Vereador qual o ponto da situação da auditoria às contas da Autarquia, tendo o Sr. Presidente da Câmara informado que a mesma está a decorrer, numa fase de recolha de informação, não havendo por isso qualquer relatório concluído.

Alertou ainda o Sr. Vereador Francisco Duarte para a obrigatoriedade da limpeza dos lotes de terreno sem construção por parte dos respetivos proprietários, face aos perigos de incêndio, tendo o Sr. Vereador David Marques informado que a Câmara estava a notificar os mesmos nesse sentido.

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas aos Srs. Vereadores da CDU, sobre os seguintes assuntos:

- Roturas na rede de água de Castro Verde, havidas durante o mês de Abril: uma, na Rua Catarina Eufémia, no dia 14.

- Pessoal integrado nos programas do IEFP/IP: sete colaboradores na medida CEI; quatro na medida CEI+, e dois na medida CEI+ para pessoas com deficiência e incapacidade.
- Número de alunos transportados de e para a Funcheira, durante o mês de Abril: ui total de 12.

Ponto da situação relativo às seguintes empreitadas:

- **Remodelação da rede de abastecimento de água de Castro Verde:** Em breve irá avançar a remodelação com a chamada “fase II” que implica a ação de redução de perdas e seccionamento da rede. As demais intervenções estão em fase de planeamento.
- **Beneficiação da EM 508 e CM 1139:** Foi concluída, nos últimos dias, pela empresa J.J.R & Filhos Ld.^a, a avaliação rigorosa das áreas circundantes e, somente agora, será possível chegar a acordo com os proprietários para as respetivas expropriações e assim criar condições para que as obras possam iniciar-se.
- **Construção do Centro de Artes e Viola Campaniça:** Como V. Ex^{as}. bem sabem, o processo foi iniciado em, 2017. Assim, a cabimentação deste investimento foi feita no ano de 2017. Como a obra não se iniciou, esta cabimentação transitou para o ano de 2018. Tal circunstância foi rejeitada pelo Tribunal de Contas (TC), uma vez que, referiu a necessidade de proceder a uma nova cabimentação da obra em 2018. Este facto foi analisado e alvo de resposta ao TC, sublinhando a CMCV que, do ponto de vista procedimental, as obras devem ser cabimentadas no momento em que é lançada a empreitada. O TC manteve a posição inicial, exigindo a cabimentação da obra em 2018.

Feita a informação para o TC, e analisado novamente o processo, a 10 de Maio foi devolvido o respetivo contrato. Acompanhado de um pedido de documentação, nomeadamente referente à “Reprogramação temporal do financiamento comunitário adequado ao prazo de execução da obra” e uma “Nova informação de controlo dos fundos disponíveis demonstrativa de que o compromisso assumido não os ultrapassou”.

As respostas a estes pedidos foram comunicadas esta semana ao TC.

- **Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade:**
Junto anexamos resposta devidamente instruída pelos serviços técnicos, e que a seguir se transcreve:

Contrato celebrado na sequência de Concurso Público
Executante: ICEBLOCK, Sociedade de Construções, S.A.
Valor do contrato: € 130.850,00, acrescido de IVA à taxa legal.
Auto consignação: 5 abril 2017
Prazo de execução:(240 dias) até 01 de dezembro 2017 Prorrogado até 30 janeiro 2018

A obra em causa, foi objeto de um pedido de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos até 30 de janeiro 2018.

- Após esta data verificou-se que os trabalhos, relativos à construção civil, encontravam-se concluídos, faltando apenas a montagem das luminárias e parte do mobiliário previsto, o qual veio a ser montado e instalado durante o mês de fevereiro.

- No dia 20 de março de 2018, foi solicitado à EDP a execução do ramal para fornecimento de energia elétrica ao edifício, conforme anexo à presente informação. Este pedido de ligação, para além da execução do ramal, possibilita à EDP o envio do NIP (número de

identificação do prédio) de forma a permitir ao empreiteiro abrir o processo para a certificação da instalação elétrica do edifício, sem a qual a obra não pode ser recebida.

- No dia 10 de abril, recebemos a requisição de ligação para um edifício localizado na Rua de Entradas em Castro Verde (!!).

- Desfeito o equívoco junto dos serviços da EDP, ficámos a aguardar o envio do orçamento para a execução do ramal.

- No dia 4 de maio foi-nos enviado o orçamento (em anexo), com a execução de um ramal para um edifício na Rua da Lavoura (!) em Entradas. Estranhando a localização, foi novamente contactada a EDP para que fosse esclarecido e confirmada a localização do ramal orçamentado, tendo-se verificado, mais uma vez, terem falhado o edifício (tratava-se da execução de um ramal para ligação do edifício junto às bombas de combustível em Entradas).

- Desfeito de novo o equívoco dos serviços da EDP, aguardamos o envio de novo orçamento e respetivo NIP, para que o empreiteiro possa pedir a certificação da instalação elétrica do edifício.

- Por último de referir ainda que se encontram em fase de apuramento os trabalhos a mais e a menos da empreitada.”

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Atribuição de medalhas de bons serviços prestados

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o Regulamento Municipal para Atribuição de Bons Serviços Municipais, aprovado em Reunião do Órgão Executivo de 20 de junho de 2007;

Considerando os requisitos expressos no artº 3º do mesmo Regulamento, anos de serviço, assiduidade, dedicação e zelo, bem como a inexistência de qualquer infração disciplinar;
Considerando, que segundo a relação apresentada no doc. Anexo I, estão os trabalhadores aí mencionados, em condições de lhes ser atribuída a Medalha de Bons Serviços Municipais;

Assim, no uso da competência que me confere o artº 35º, nº 2, alínea a), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a V. Exas, ao abrigo do disposto no artº 4º, do mencionado Regulamento, a atribuição de Medalhas de Bons Serviços Municipais, para os trabalhadores mencionados no anexo I, relativamente ao ano de 2018;

Mais se propõe, extra regulamento, que seja agraciado o trabalhador, Fernando Colaço Sebastião, por completar 45 anos de serviço.

O ato da cerimónia da entrega das medalhas realiza-se no próximo dia 29 de junho, pelas 10 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços de Concelho.

Refere-se a presente proposta de atribuição de medalhas aos seguintes trabalhadores:

Categoria	Nomes	Antiguidade até 29/06/2018	2018		
			prata	ouro	ródio
			15 anos	25 anos	35 anos
Assistente Operacional Telefonista	Ana Isabel Brito Horta	15 anos 5 meses	X		
Assistente Operacional Coveiro	António Ricardo Santos	15 anos 11 meses	X		
Assistente Técnico Administrativo	Arminda Pereira Serrão Chainho	15 anos 7 meses	X		
Assistente Operacional Mecânico	Artur Manuel Colaço Vargas	35 anos			X
Assist. Operac. Serralheiro Civil	Eduardo Assunção Henriques	15 anos 4 meses	X		
Coordenador Técnico	Fernando Colaço Sebastião	45 anos 8 meses	Agraciado		
Assistente Técnico Biblioteca Documentação	Horácio Manuel Colaço Valente	25 anos 3 meses		X	
Coordenador Técnico	José de Brito Silva Martins	35 anos 3 meses			X
Técnico Superior de Biblioteca e Documentação	José Eduardo Mendes F. Biscainho	15 anos 10 meses	X		
Assistente Operacional Tratorista	José Manuel Clara Nobre	25 anos 8 meses		X	
Assistente Operacional Tratorista	José Manuel Pereira Matos Brito	35 anos 3 meses			X
Técnico Superior Adm.Reg.Autárquica	Luís Miguel Martins Soares	15 anos 1 mês	X		
Assistente Operacional Auxiliar .Serviços .Gerais	Manuel Romão	35 anos 6 meses			X
Assistente Técnico Administrativo	Maria Fátima C. Santos Brito André	25 anos 8 meses		X	
Técnico Superior Economia	Maria Fernanda Janeiro Almeida	15 anos 4 meses	X		
Assistente Técnico Administrativo	Maria Natália A. M. Coelho Pacheco	25 anos 6 meses		X	
Assistente Técnico Biblioteca Docum..	Paulo Jorge Marques Cristina	15 anos 5 meses	X		
Total			8	4	4

2. - Concessão de autorização de contratação de empréstimos bancários, por parte da RESIALENTEJO E.I.M:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“PROPOSTA

Considerando o ofício nº 203, da RESIALENTEJO, EIM, datado de 07 de agosto e 2017, sobre a necessidade da empresa recorrer a um empréstimo no montante total de 3.337.282,00€ para fazer face:

- ✓ à substituição da dívida, relativa ao passivo existente junto da Tomás de Oliveira, estabelecido através de um acordo de pagamento celebrado com esta empresa;
- ✓ um acordo de factoring (envolvendo a ACORIL);
- ✓ e uma abertura de crédito de curto prazo, para financiamento de projetos de investimento com o apoio de fundos comunitários;

Assim, face ao exposto, proponho:

1.º - Autorizar a contratação dos seguintes contratos de empréstimo, por parte da RESIALENTEJO, E.I.M., nos termos apresentadas pelas respetivas instituições bancárias:

	Tomás de Oliveira Empreiteiros S.A.		ACORIL
Operação	<i>Financiamento a Médio Longo Prazo destinado a</i>	<i>Financiamento a Médio Longo Prazo destinado a</i>	<i>Financiamento Médio Longo Prazo destinada a</i>
Entidade Financiadora	<i>Novo Banco, S.A. (50%)</i>	<i>Millennium BCP (50%)</i>	<i>Millennium BCP (100%)</i>
Montante	<i>Até 1.668.641,00 €</i>	<i>Até 1.232.500,00 €</i>	<i>761.318,00 €</i>
Prazo	<i>Até 15 anos</i>	<i>180 meses</i>	<i>180 meses</i>
Taxa de Juro	<i>Euribor 12 meses + 3%</i>	<i>Euribor 6 meses + 3,85%</i>	<i>Euribor 6 meses +3,85%</i>
Garantia	<i>1ª Hipoteca sobre Parque Ambiental de Beja</i>	<i>1ª Hipoteca sobre Parque Ambiental de Beja</i>	<i>2.ª Hipoteca sobre o Parque Ambiental de Beja</i>
Outras condições	<i>Operação Sindicada com participação do Millennium BCP em 50% e do Novo Banco em 50%</i>		<i>-----</i>

2.º Autorização da prestação da garantia hipotecária sobre o Parque Ambiental de Beja, a favor do Novo Banco bem como uma segunda garantia hipotecária sobre o Parque Ambiental de Beja a favor do Millennium BCP “

Apreciado o assunto, deliberou na Câmara, por unanimidade, e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

3. - Comparticipação financeira da Autarquia no projeto de ampliação do CAGIA:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pela Srª. Vereadora Alda Cabral Mestre

“ Lei n.º 27/2016, de 23 de Agosto, aprovou um conjunto de medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e para a modernização dos serviços municipais de veterinária, estabelecendo a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização.

A data limite de implementação da referida lei será Agosto de 2018 e, findo este prazo, o CAGIA não pode recorrer ao abate ou occisão de animais de companhia por motivos de sobrelotação e de incapacidade económica, salvo por razões que se prendam com o estado de saúde ou o comportamento dos mesmos.

Para cumprimento do disposto, é necessário aumentar a capacidade de alojamento do CAGIA, foi entregue uma candidatura no dia 30 de Abril ao Programa de concessão de incentivos financeiros para a construção e modernização de centros de recolha oficial de animais de companhia (Despacho n.º3321/2018). O custo estimado deste projeto é de 209.721,23 euros, sendo que a

Resialentejo dispõe de um fundo de manuseio de 68.783,14 euros. O valor a ser assegurado pelos Municípios seria de 140.938,09 euros. A fórmula encontrada para dividir o investimento pelos Municípios associados foi a utilizada na divisão dos custos de exploração do CAGIA, em que 40% do valor é dividido de igual forma por todos e os restantes 60% divididos com base na população, desta forma:

Município	População residente	% população.	60%	40%	Total
Castro Verde	7276	6,06%	5.20,63 €	5.125,02 €	10.245,65 €

O projeto de ampliação do CAGIA permitirá ter mais 40 boxes para cães, um gatil para cerca de 40 animais e uma nova zona de isolamento para animais doentes. Sem esta ampliação deixará de ser possível dar resposta aos pedidos de recolha dos Municípios a partir do mês de Agosto.

Assim, propõe-se, em conformidade com o exposto, concertar a proposta de ampliação do CAGIA tendo em conta os valores de comparticipação para o efeito. Relembrando que os mesmos podem vir a ser alterados, no caso, de aprovação da candidatura no valor de 30.000 euros.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Sr^a. Vereadora Alda Cabral Mestre.

4. - Doação de equipamento Dumper à Junta de Freguesia de S. Marcos da Ataboeira.

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que, se encontra há largos anos ao serviço da Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira um equipamento Dumper e que o mesmo se encontra em estado de utilização que serve os interesses daquela autarquia;

Considerando que aquele equipamento há muito que não faz parte das necessidades operacionais da Câmara Municipal de Castro Verde;

Considerando que, faz todo o sentido que o referido equipamento passe para a propriedade de quem verdadeiramente o utiliza;

Considerando que as exíguas capacidades financeiras marcam a atuação das Juntas de Freguesia;

Proponho, no exercício das competências previstas no n.º.1, alínea cc do art.º 33, e n.º. 2, alínea h, do art.º 35 da Lei n.º. 785/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º.46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50ª/2013, de 11 de Novembro, a alienação, por doação, do equipamento Dumper atualmente ao serviço da Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira, a essa mesma autarquia”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por unanimidade e nominalmente, doar à Junta de Freguesia de São Marcos da Ataboeira, o equipamento Dumper em causa, conforme proposto pelo Sr. Presidente.

5. - Ratificação de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos das decisões que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, constates no seguinte quadro:

Requerente	Local	Tipo	Horário	Período
Miguel Caetano Colaço, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º. de Janeiro	Sede, na Rua Morais Sarmento nº. 69, em Castro Verde	Bailes	Das 22,30 às 4 horas <i>(ficando obrigado a reduzir significativamente o volume do som a partir das 3 horas)</i>	11 de Maio a 8 de Junho.
Agrupamento de Escolas de Castro Verde	Centro Cultural da Sete	Musica ao vivo	Das 16 às 24 horas	12 de Maio
Marco Gabriel Graça Constantino	Café 7ª. Arte – R. Fialho de Almeida	Musica ao vivo	Das 23 às 2 horas	18 de Maio a 15 de Junho
Ana Catarina Elias Santiago, em representação da Associação de Estudantes da Escola Secundária	Parque de Feiras e Exposições	Festival	Das 22 às 5 horas	1 9 a 20 de Maio

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA

Obras particulares:

1. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e com base nos respetivos pareceres técnicos, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar os seguintes projetos para efeitos de deliberação final sobre os respetivos processos de obras:

- das especialidades, apresentados por Martim Afonso Barbudo, para construção de habitação unifamiliar na Rua dos Poejos, lote 22, em Castro Verde (procº.35/2017).
- das especialidades, apresentado por Ruben Alexandre Silva da Lança, para ampliação da sua habitação sita na Rua 4 de Junho nº.2, em Castro Verde (Proc.º. nº.17/2018).
- de arquitetura e das especialidades apresentados por José Francisco Gonçalves Vilhena de Carvalho para construção de habitação unifamiliar na Rua José Cardoso Pires, lote 12, em Castro Verde (Proc.º. nº.12/2018).

2. - Destaque de prédio urbano:

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Francisco Luzia Canário, solicitando autorização para a realização do destaque de parte de um prédio urbano, sito na Rua do Poço s/n, em Castro Verde, e inscrito na matriz predial urbana sob o nº. P 6033.

A Câmara, em face da informação prestada pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar o destaque do referido, atendendo a que o mesmo está dispensado do regime de

licenciamento previsto no nº. 4 do art.º 6º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro.

O imóvel em causa trata-se de um edifício de rés-do-chão e cave, destinado a comércio (discoteca), com várias divisões, jardim e pátio, com a superfície coberta de 831,27 m², e descoberta de 537,03 m², localizado na Rua do Poço s/n, em Castro Verde, e confronta do norte com Estrada das Bicas (CM1114), do sul com Rua de São Sebastião nº. 1, do nascente com Estrada das Bicas (CM 1114) nº.4, e do poente com Rua do Poço.

Justificaram os Srs. Vereadores a sua abstenção por terem algumas reservas sobre as confrontações do imóvel em causa assim como a eventual ocupação da via pública.

3. - Renúncia de cláusula de reversão de terreno a favor da Câmara Municipal:

Apreciou a Câmara o pedido formulado por Florival Maria Inácio, procurador de Marlene Isabel Colaço Inácio, relativo ao lote de terreno, sito na Rua Gil Vicente nº.8, em Castro Verde, adquirido a esta Câmara Municipal, e sobre o mesmo a Secção Técnica Administrativa, prestou a seguinte informação:

“Na sequência do requerimento apresentado nesta Autarquia pelo Sr. Florival Maria Inácio, procurador de Marlene Isabel Colaço Inácio, cumpre-me informar o seguinte:

Adquiriu a referida senhora, por concurso público a esta Câmara, o lote de terreno nº 8, sito na Rua Gil Vicente, em Castro Verde, para construção urbana, cuja escritura foi lavrada em 08.02.2006.

Sucede que a aquisição tinha alguns condicionantes com cláusulas de reversão a favor do Município de Castro Verde, contidas no respetivo contrato de compra e venda, nomeadamente nos artigos 17º (prazos de construção); 18º (particularmente o nº 3, onde diz que é interdita a alienação, o arrendamento ou cedência onerosa do fogo no prazo de cinco anos, contados a partir da data de emissão do alvará de autorização de utilização) e 19º (destino da obra e direito de preferência), fixados no programa de concurso. Ora a senhora Marlene Isabel Colaço Inácio, apresentou o projeto para aprovação e licenciamento da edificação, que foi concluída a sua construção e emitida a Autorização de Utilização nº 52, em 26 de agosto de 2008.

Nestes termos solicita que Câmara renuncie a cláusula de reversão constante do Registo Predial sob o prédio supra mencionado, o qual se encontra inscrito a seu favor pela inscrição Ap. 6 de 09/02/2006.

No entanto a Exmª Câmara decidira o que achar mais conveniente.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, renunciar à cláusula de reversão constante no registo predial sob o prédio supra mencionado.

4. - Posse administrativa de prédio em ruínas, sito na Rua Belmiro Isidro Caeiros, em Entradas:

Tomou a Câmara conhecimento da seguinte informação da Secção Técnica Administrativa, sobre o assunto em título

“1. Na sequência da informação do Fiscal Municipal invocando a existência de um prédio em mau estado, sito na Rua Belmiro Isidro Caeiros, na localidade e freguesia de Entradas, Concelho de

Castro Verde e aberto o procedimento por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, instaurado o processo, foi-lhe atribuído o nº 5/2016.

2. É entendimento técnico que deverá ser levado a efeito uma intervenção urgente na fachada principal do edifício, por se encontrar em situação de ruína iminente em alguns pontos, com demolição da mesma e construção de um muro de vedação.

3. Notificados os proprietários do imóvel que não deram resposta e ainda não iniciaram os trabalhos, assim deverá a Câmara tomar posse administrativa do imóvel em ruínas, nos termos do artigo 91º do RJUE e aprovada pelo Decreto-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, na redação conferida pelo Decreto-Lei nº136/2014 e 9 de Setembro, para lhes dar execução imediata.

4. As quantias relativas às despesas que venham a ser realizadas com a demolição dos imóveis e outras que a administração tenha que suportar para o efeito, são por conta dos proprietários. Nos termos do nº2 do artº 108º da legislação atrás referida, quando as despesas não forem pagas voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para o efeito, são cobradas judicialmente em processo fiscal, servindo de título executivo certidão, passada pelos serviços competentes, comprovativo das despesas efetuadas, podendo ainda a Câmara aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei.

Face às circunstâncias atrás referidas e dado o perigo que oferece para a segurança, deverá a Câmara se assim o entender, deliberar a posse administrativa do imóvel e mandar executar as obras necessárias.”

Apreciado o assunto, a Câmara, em face do exposto, deliberou por unanimidade e nominalmente encetar o processo tendo em vista a posse administrativa do imóvel em causa para os efeitos acima referidos.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

1. - Concessão de subsídio

- **À Associação Jangada D' Exemplos:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“Decorrem nos dias 20 e 21 de Julho de 2018 as tradicionais festas dos Aivados. As mesmas são organizadas pelas associações existentes naquela comunidade como forma de salvaguarda da memória coletiva e de aprofundamento dos vínculos culturais e sociológicos. É igualmente, uma forma de promover o reencontro entre os ainda residentes na localidade e a sua diáspora.

Esta realidade deve ser preservada e incentivada, de modo a que não se perca nas novas gerações a importância dos lugares, dos costumes, das suas organizações e cultura. Importa, pois, que estes espaços de história sejam preservados na memória da nossa sociedade, garantindo que, as manifestações que lhes possam dar continuidade sejam também apoiadas, como forma de ajuda à salvaguarda da comemoração coletiva.

Neste contexto, e tendo presente o pedido de apoio solicitado em 15 de Maio de 2018 pela Associação Jangada D' Exemplos para a realização das festas, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 600,00 € (seiscentos euros) destinado a suportar parte dos custos com a sua realização”.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir à Associação Jangada D' Exemplos o apoio financeiro no montante de 600 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

- **À Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador David Marques:

“A Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros é uma associação dinâmica, que desenvolve um conjunto de ações na área do lazer, social e cultural.

No seu Plano de Atividades destaca-se a Festa dos Santos Populares, este ano a realizar nos dias 15 e 16 de Junho 2017, é uma iniciativa destinada ao público em geral, ultrapassando o espaço físico do bairro, e que se caracteriza por uma forte participação.

Assim, tendo presente a solicitação que se anexa, proponho que a autarquia atribua um apoio financeiro de 900 euros, que é o habitual para iniciativas deste género, organizadas por este tipo de estruturas associativas.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à Associação de Moradores do Bairro dos Bombeiros um apoio financeiro no montante de 900 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

- **Ao Moto Clube de Castro Verde:**

Foi presente a seguinte proposta formulada pelo Sr. Vereador David Marques:

“O Moto Clube de Castro Verde organiza anualmente um Encontro Motard, onde para além das iniciativas direcionadas ao público específico de ação da associação, promove atividades direcionadas ao público em geral, dinamizando o convívio e confraternização.

A Câmara Municipal de Castro Verde, sempre que solicita, tem contado com a colaboração do Moto Clube na dinamização de atividades, e reconhece a atividade regular do mesmo, o que levou à celebração de um protocolo de colaboração entre as duas entidades.

Assim, nos termos do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Castro Verde e o Moto Clube de Castro Verde, alínea a), do ponto 3, da cláusula 1ª, proponho a atribuição de um apoio financeiro de 900 € e nos termos do ponto 2, da cláusula 1ª, a utilização do Estádio Municipal de 25 de Abril e o fornecimento de apoio logístico para a realização do XIV Encontro Motard, a acontecer no dia 26 e 27 de Maio de 2017.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente atribuir ao Moto Clube de Castro Verde, o apoio financeiro, a utilização do Estádio Municipal e o apoio logístico para a realização do XIV Encontro Motard, conforme proposto pelo Sr. Vereador David Marques, autorizando o respetivo pagamento.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

1. - Concessão de cartões sociais:

Com base na informação nº. 218 da Divisão de Educação e Ação Social e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Alberto Soares de Matos, residente nos Aivados; Álvaro Romano Mira e Maria da Conceição Oliveira da Silva, ambos residentes em Castro Verde; e a Carla Sofia Catarino Ribeiro, residente em Entradas, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de José Costa Luís, residente no Beringelinho, de Maria de Fátima Pacheco Cascalheira, residente em Almeirim, ambos no escalão A; de Flor de Maria Castilho Pacheco Mota, residente em Castro Verde, e de Maria Duarte Silva Guerreiro Francisco, residente em Casével, ambas no escalão B.
- Indeferir os pedidos de cartão social requeridos por Mariana Gonçalves Vaz, residente nos Viseus, e de Ana Teresa Lourenço Rodrigues Vieira Luís, residente nos Geraldos, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.